

Zurich Brasil Companhia de Seguros

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 96.348.677/0001-94



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da **Zurich Brasil Companhia de Seguros** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Aplicações:** As aplicações atingiram ao final do exercício de 2020 o montante de R\$ 82 milhões (R\$ 84 milhões em 31 de dezembro de 2019). Os ativos financeiros estão classificados na categoria "Disponível para Venda" em atendimento a Circular SUSEP nº 517/15 e suas respectivas alterações. Todos os ativos financeiros são vinculados às câmaras de liquidação (SELC e CETIP) e são 100% oferecidos como ativos garantidos. **Provisões Técnicas:** O valor contabilizado das provisões técnicas no exercício de 2020 é R\$ 53 milhões (R\$ 88 milhões em 31 de dezembro de 2019) enquanto que os ativos de resseguros ficaram em R\$ 1 milhão em 2020 (R\$ 2 milhões em 31 de dezembro de 2019). **Desempenho Operacional:** A Zurich Brasil Companhia de Seguros apresentou lucro líquido em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 16 milhões (prejuízo de R\$ 11 milhões em 31 de dezembro de 2019). O volume de negócios emitidos em 2020 atingiu R\$ 91 milhões e os prêmios ganhos atingiram R\$ 109 milhões (R\$ 132 milhões de prêmios emitidos e R\$ 151 milhões de prêmios ganhos em 31 de dezembro de 2019). Quanto às operações de resseguros o valor atingiu R\$ 6 milhões de despesa em 2020 (R\$ 3 milhões de receita em 31 de dezembro de 2019). O índice de sinistralidade geral ficou em 2% em 31 de dezembro de 2020 e 36% em 31 de dezembro de 2019. A diminuição do índice de sinistralidade em 2020 se deve a redução de operações da companhia. Os índices de despesas administrativas e despesas com tributos, representaram 9% dos prêmios ganhos em 2020 e 11% em 31 de dezembro de 2019. **COVID-19:** Considerando o momento desafiador e repleto de incertezas em decorrência da pandemia, o Grupo Zurich está convicto de que as ações pontuais bem como a estratégia implantada são suficientes para atravessar este período mantendo foco no cliente, na qualidade de nossos serviços e ações específicas para minimizar os impactos na sociedade brasileira. Neste contexto, a Zurich Brasil Companhia teve os seguintes efeitos em 2020 comparados a 2019, embora não

exclusivamente, mas relacionados à pandemia: **Controles Internos e Compliance** O fortalecimento do ambiente de controles internos é uma alta prioridade para Zurich e uma iniciativa fundamental em finanças, para garantir a acuracidade das demonstrações financeiras. A aplicação desta metodologia sobre os processos e controles relacionados às demonstrações financeiras é responsabilidade da equipe de controles internos, a qual dá suporte metodológico aos proprietários dos processos e controles. Todos os processos e controles das demonstrações financeiras estão historicamente armazenados no sistema RACE, um sistema corporativo gerido para função de **Group Risk Management**, permitindo uma gestão adequada destes controles. A estrutura de controles internos para as demonstrações financeiras faz parte da estrutura geral de controles internos dentro da governança de gerenciamento de riscos da Zurich. Quanto à estrutura de **Compliance**, o Grupo Zurich mantém independente para atendimento aos requerimentos legais, regulatórios e exigências e controles requeridos pelo Grupo. É de responsabilidade do departamento de **Compliance** a implementação de políticas internas, o acompanhamento da implementação de novas leis e regulamentações e as atividades da empresa, para garantir segurança jurídica à sua Diretoria e ao seu Conselho Administrativo. Também é de responsabilidade do **Compliance** a elaboração de treinamentos, visando a criação de uma cultura de **Compliance** na empresa e o monitoramento do cumprimento dos **standards** do Grupo Zurich. **Perspectivas:** A pandemia da Covid-19 espalhou incertezas e instabilidade em todos os mercados globais, mesmo com essa crise, a Zurich esteve à frente de iniciativas de auxílio aos seus colaboradores, corretores, clientes e sociedade. Adotando ações baseadas nas recomendações dos órgãos de saúde, em março/20 a Zurich garantiu que 100% dos seus colaboradores desempenhassem suas funções remotamente, além disso, aderiu ao programa "não demita", garantindo estabilidade a todos os seus funcionários no período mais crítico da pandemia. Ao longo da pandemia temos trabalhado em parceria com os corretores para disponibilizar ações conjuntas e, com isso, flexibilizar forma de pagamento e prazo de bônus,

implementação da renovação garantida e realização de diversos treinamentos no formato de Live/ Webinar com corretores, clientes e áreas técnicas da Zurich. Nos preocupamos também em passar tranquilidade para os nossos clientes, cobrindo os sinistros oriundos de Covid, apesar de não estar prevista em contrato e disponibilizando uma experiência totalmente digitada para abertura do sinistro via serviço de Help Desk, evitando o deslocamento e exposição dos clientes. Em parceria com o grupo Zurich e a Z Zurich Foundation, foi direcionado cerca de R\$ 9,6 milhões para instituições sociais impactadas pelo contexto sócio-econômico da pandemia. Parte do valor foi doado para o Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, de Manaus, para a compra de um milhão de EPIs para os 1.500 profissionais de saúde da unidade e outra fatia foi para a produção de 110 mil testes rápidos em hospitais e centros de serviços de saúde espalhados pelo Brasil. Também apoiamos 30 leitos no Hospital das Clínicas, atendimento a 4.138 famílias, através de 16.000 cestas básicas e kit de higiene para 25.000 pessoas. A Zurich continua trabalhando para que junto com seus parceiros de negócio sairemos desta pandemia fortalecidos. O Grupo Zurich mantém suas expectativas positivas quanto ao crescimento sustentável da economia brasileira, como afirmam seus crescentes investimentos no mercado segurador com foco em: aquisições, parcerias estratégicas na distribuição de produtos, desenvolvimento de produtos adequados à realidade brasileira e mais competitivos. Somam-se a estes os crescentes investimentos em tecnologia da informação e marketing, importantes para o processamento de alto nível e a prestação de serviços de excelência em qualidade e valor, conforme os padrões globais da Zurich. **Agradecimentos:** A Zurich Brasil Companhia de Seguros agradece à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelo apoio e orientações obtidas. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o nosso reconhecimento pela dedicação e pela qualidade dos serviços prestados.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019
Circulante		90.111	135.414
Disponível	5	19.393	5.410
Caixa e bancos		19.393	5.410
Aplicações	6	9.154	49.873
Créditos das operações com seguros e resseguros		14.997	31.956
Prêmios a receber	7.a	13.416	27.128
Operações com seguradoras	7.b	351	392
Operações com resseguradoras	7.d.ii	1.230	4.436
Outros créditos operacionais	7.c	5.940	6.142
Ativos de resseguro e retrocessões – provisões técnicas	7.d.i	1.198	1.999
Títulos e créditos a receber		7.732	1.165
Créditos tributários e previdenciários	9	7.724	1.165
Outros créditos		8	-
Outros valores e bens		1.124	1.287
Bens a venda	8	1.124	1.287
Despesas antecipadas	18	6	59
Custos de aquisição diferidos		30.567	37.523
Seguros	19	30.567	37.523
Ativo Não Circulante		81.438	47.804
Realizável a Longo Prazo		80.994	46.583
Aplicações	6	73.289	34.152
Ativos de resseguro e retrocessões – provisões técnicas	7.d.i	6	11
Títulos e créditos a receber		917	908
Depósitos judiciais e fiscais	20	917	908
Outros valores e bens		114	113
Custos de aquisição diferidas		6.668	11.399
Seguros	19	6.668	11.399
Imobilizado		364	528
Bens móveis	22	364	528
Intangível		80	693
Outros intangíveis	21	80	693
Total do Ativo		171.549	183.218

Passivo	Nota	2020	2019
Circulante		80.150	106.276
Contas a pagar		15.264	6.443
Obrigações a pagar	10	6.392	3.063
Impostos e encargos sociais a recolher	11	1.517	2.384
Impostos e contribuições	12	7.355	996
Débitos de operações com seguros e resseguros		16.701	19.445
Prêmios a restituir		1.310	865
Operações com seguradoras		128	33
Operações com resseguradoras	13	5.019	593
Corretores de seguros e resseguros	14	1.174	959
Outros débitos operacionais	15	9.070	16.995
Depósitos de terceiros	16	2.870	2.847
Provisões técnicas – seguros	23	45.315	77.541
Danos		28.199	48.556
Pessoas		17.116	28.985
Passivo não Circulante		15.072	16.958
Provisões técnicas – seguros	23	7.805	10.148
Danos		7.284	9.568
Pessoas		521	580
Outros débitos		2.349	1.983
Provisões judiciais	29.c	2.349	1.983
Débitos diversos	17	4.918	4.827
Patrimônio Líquido		76.327	59.984
Capital social	27.a	207.028	207.028
Ajuste de avaliação patrimonial		694	836
Prejuízos acumulados		(131.395)	(147.800)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		171.549	183.218

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	172.528	19.500	(2.109)	(133.149)	56.770
Aumento de capital – AGE de 28/03/2019 – Portaria SUSEP nº 239 de 26/07/2019 em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos C 1215 de 17/01/2019	15.000	7.000	-	-	22.000
Aumento de capital – AGE de 25/12/2018 – Portaria SUSEP nº 127 de 02/05/2019	12.000	(7.500)	-	-	4.500
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	2.945	-	2.945
Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-	(14.732)	(14.732)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	207.028	-	836	(147.881)	59.984
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(142)	-	(142)
Juros sobre Capital próprio provisionado	-	-	-	(2.450)	(2.450)
Lucros/(Prejuízos)	-	-	-	18.936	18.936
Saldos em 31 de dezembro de 2020	207.028	-	694	(131.395)	76.327

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Zurich Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, que tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares, em todo o território nacional. A Seguradora é controlada pela Zurich Minas Brasil Seguros S.A., detentora de 99,99% das ações ordinárias e Zurich Brasil Vida e Previdência S.A., com 0,01% das ações ordinárias, que totalizam 909.710.769 ações. A Zurich Minas Brasil Seguros S.A., possui dois acionistas: a Zurich Insurance Company Ltd., sediada na Suíça, com 99,99999% das ações enquanto a Zurich Life Insurance Company Ltd., sediada também na Suíça, possui 0,0001%. Os acionistas são sociedades devidamente constituídas sob as leis da Suíça. A Zurich Brasil Vida e Previdência, possui um único acionista a Seguradora Zurich Minas Brasil Seguros S.A. A Seguradora atua principalmente na comercialização de seguros massificados, em todo território nacional, distribuídos principalmente através de concessionárias de serviços públicos, grandes redes do comércio varejista, instituições financeiras, administradoras de cartões de crédito e grupos de afinidade, intermediado por corretores de seguros. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 25/02/2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 11.638/07, em conjunto com os pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e aplicáveis a entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), contemplam as alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação de ativos financeiros nas categorias disponíveis para venda e avaliados ao valor justo através do resultado. E também a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3. A demonstração do fluxo de caixa está sendo apresentada pelo método indireto, de acordo com o anexo XI da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. **2.2. Moeda funcional e transação com moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional") sendo assim, a moeda funcional e moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora é o real. Todas as transações, os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que ocorrem, e posteriormente sofrem variações cambiais de acordo com a taxa de fechamento do Banco Central do Brasil. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado financeiro. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco irrelevante de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros: (a) Classificação:** A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Seguradora não tem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e a valor justo por meio do resultado. (i) **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são: não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são contabilizados no ativo circulante ou não circulante de acordo com sua data de investimento. As mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou chegue ao vencimento, quando o saldo de reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado. (ii) **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Operações de crédito com seguradoras e resseguradoras", "Outros créditos operacionais", "Outros Créditos" e "Títulos e créditos a receber, não associados a créditos tributários e imposto sobre renda". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva e são avaliados para **impairment** (perda) no mínimo anualmente. (b) **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. As aplicações financeiras são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, acrescidas dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa das aplicações financeiras tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (**impairment**), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado em receita financeira. A Seguradora avalia anualmente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. (c) **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros: (i) Ativos contabilizados ao custo amortizado:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor incluem, mas não se limitam a: ■ dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador; ■ uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; ■ o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ■ dados indicando que há redução mensurável nos fluxos futuros de caixa, estimados com base na carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial, incluindo: (i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo no futuro; (ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos da carteira. As perdas decorrentes do teste de reconhecimento são reconhecidas no resultado e refletidas em contas redutoras dos ativos correspondentes. Estas perdas representam a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída sobre os prêmios a receber com período de inadimplência superior a 60 dias da data do vencimento do crédito. Essa provisão aplica-se aos riscos já decorridos e aos prêmios a receber vencidos e não pagos, cuja vigência já tenha expirado, na eventualidade de que a apólice, por qualquer motivo, não tenha sido cancelada. A redução ao valor recuperável dos prêmios a receber é constituída levando em consideração a tota-

lidade dos valores a receber de um mesmo devedor e, portanto, inclui todos os valores devidos (vencidos e a vencer) do mesmo devedor. A redução ao valor recuperável para ativos de resseguros é constituída para aqueles com período de inadimplência superior a 180 dias da data do vencimento do crédito, quando o crédito for com terceiros. Para os ativos de coseguro cedido relacionado a sinistro, a Seguradora efetua a redução ao valor recuperável com período de inadimplência superior a 180 dias do vencimento do crédito. (ii) **Ativos classificados como disponíveis para venda:** A empresa avalia no final de cada período de demonstração de resultado se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros estão registrados pelo seu valor de realização. Para os títulos da dívida, a empresa usa os mesmos critérios utilizados para os ativos negociados ao custo amortizado. No caso de ações classificadas como disponíveis para venda, uma queda relevante e/ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo – medido como a diferença entre o valor atualizado e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por redução do seu valor recuperável sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente em lucro ou prejuízo – será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por **impairment** em ações são reconhecidas em condições de resultado e não são revertidas. Se, em um período subsequente, o valor justo de instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por **impairment** ter sido reconhecido em lucro, o prejuízo por **impairment** é revertido por meio da demonstração do resultado. (d) **Instrumentos financeiros derivativos:** Durante o período de 2020, a Seguradora não negociou instrumentos financeiros derivativos. **2.5. Ativos relacionados a resseguro:** A cessão de resseguro é efetuada pela Seguradora no curso normal de suas atividades com o propósito de limitar um risco e eventual perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguro são apresentados brutos de suas respectivas recuperações ativas, uma vez que a existência do contrato de resseguro não exime as obrigações para com os segurados. Os ativos relacionados a resseguros também são submetidos a teste de **impairment**, sendo ajustados ao seu valor recuperável quando existe indicio de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados (vide política na Nota 2.4.c) (ii). **2.6. Ativos não financeiros mantidos para a venda:** A Seguradora detém certos ativos que são mantidos para a venda em períodos futuros e outros valores e bens (estoque de salvados), que são ativos recuperados após o pagamento de sinistros de perda total aos segurados. Estes ativos são avaliados ao valor justo, deduzidos os custos diretamente relacionados à venda do ativo, e necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do adquirente, tais como despesas de leilão do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo. Quando a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos de contratos de seguros – TAP (vide Nota 2.16), as recuperações estimadas de salvados referentes aos pagamentos futuros de sinistros (não incluindo os ativos recuperados que se encontram no estoque de salvados na data-base do teste) são consideradas como um elemento do fluxo de caixa do mesmo. **2.7. Contratos de seguro:** A Seguradora emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem risco de seguro. O contrato de seguro é aquele em que a Seguradora aceita um risco de seguro significativo e adverso ao segurado, aceitando compensá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto, específico ou adverso ao segurado. Risco significativo de seguro é quando a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) é maior do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. **2.8. Custos de aquisição diferidos:** Os custos de aquisição diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. **2.9. Créditos tributários e previdenciários:** Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a impostos a compensar (nota 9). **2.10. Provisões judiciais e ativos contingentes:** Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetários incorridos. A Seguradora avalia as suas contingências ativas e passivas, exceto aquelas oriundas de sinistros, através das determinações emanadas pelo CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, e referendada pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores que estabelece a constituição de provisões considerando o histórico de perdas. (a) Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação de um evento futuro certo, apesar de não ocorrido, e depende apenas dela, ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabe mais recurso, caracterizando o ganho como praticamente certo. (b) Provisões judiciais: são constituídos pela Administração levando em conta a opinião dos assessores jurídicos internos e externos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. (c) Provisões fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, e atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal. **2.11. Depósitos judiciais e fiscais:** Referem-se, basicamente, a garantias de processos judiciais de sinistros em julgamento, cujos valores reclamados encontram-se registrados na provisão de sinistros a liquidar, e a processo fiscal referente à composição das bases de cálculo do PIS dos anos de 1997, 1998 e 1999 (nota 19). **2.12. Imobilizado:** Mensurado ao custo de aquisição menos depreciação e redução ao valor recuperável acumulada. As depreciações do imobilizado são calculadas pelo método linear com base nas taxas informadas na nota 22, para beneficiárias em imóveis de terceiros a vida útil estimada e de acordo com o contrato de aluguel. **2.13. Intangível:** Softwares – São gastos com desenvolvimento de sistemas e licença de uso de software, que são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e são necessários para fazer com que os mesmos estejam prontos para serem utilizados. São amortizados pelo método linear, pelo prazo de 60 meses. Os custos relativos ao desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis. Outros Intangíveis – São gastos relacionados com a exploração dos canais de distribuição. Os investimentos previstos nos contratos são baseados em estimativas de produção, registrados pelo seu valor justo na data de assinatura dos contratos e amortizados conforme o prazo do contrato. **2.14. Provisões técnicas – seguros:** A legislação vigente que institui regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas das sociedades seguradoras e a Resolução CNSP nº 321/15 e a Circular SUSEP nº 517/15, e suas respectivas alterações, juntamente com documentos de orientação ao mercado preparados pela SUSEP. (a) **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)** é constituída pela parcela de prêmios de seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido, calculado com base no critério "pro rata die" para todos os ramos de seguros. (b) **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** (i) Processos administrativos – é constituída por estimativa com base nas notificações dos sinistros recebidas pela Seguradora até o encerramento do período e contempla, na data de sua avaliação, a quantia total das indenizações a pagar por sinistros avisados deduzidos a parcela relativa à recuperação de coseguros cedidos. (ii) Processos judiciais – é calculada verificando-se o risco a partir da análise da demanda judicial, atendo-se ao risco para cada uma das demandas trazidas à apreciação, o valor pedido e o valor sugerido, levando-se em consideração a probabilidade de desembolso financeiro, baseado na análise do departamento jurídico interno da Seguradora, que leva em consideração o histórico passado e o curso das ações. A Seguradora efetua atualização monetária dos processos de acordo com o índice IGMJ e juros. Os honorários de sucumbências são igualmente estimados e são registrados na provisão de despesa relacionada. (c) **Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)** A PDR deve ser constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, e deve abranger tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem

ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. No grupo de PDR é registrada também a estimativa de despesas não alocáveis sinistro a sinistro. Para efetuar o cálculo da estimativa de despesas não alocáveis é considerada a relação entre os valores pagos com despesas não alocadas e o montante de indenizações pagas com sinistros. (d) **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)** O IBNR são operações de seguro direto e coseguro aceito é constituído em consonância com as normas do CNSP e está sendo calculado utilizando o método *Bornhuetter-Ferguson*, que é baseado na combinação de sinistralidade esperada e evolução de fatores de desenvolvimento de sinistros ocorridos, mas não avisados apurada através dos conhecidos Triângulos de *Run-Off*. (e) **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER)** A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Seguradora, relativos a sinistros que foram objetos de seguros e de coseguros aceitos e ainda não indenizados, também está sendo constituída para cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo da regulação até a sua liquidação final. (f) **Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vítimas e não Emitidos (PPNG-RVNE)** A PPNG-RVNE é calculada com base em estudo técnico-atual e constituída em consonância com as normas do CNSP. A metodologia de cálculo consiste na construção de triângulos de *Run-Off* (início de vigência por emissão), que estimam o volume de prêmios referentes às apólices vigentes mas que ainda não foram emitidas. A partir do comportamento histórico das emissões em atraso é calculado o valor da PPNG-RVNE. (g) **Provisão Complementar de Cobertura (PCC)** A PCC é constituída quando é identificada insuficiência no teste de Adequação de Passivos, conforme (nota 2.16). **2.15. Teste de Adequação do Passivo (TAP) Objetivo e resultados obtidos:** O teste de adequação do passivo é realizado, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, de acordo com o CPC 11 e premissas mínimas determinadas pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. O teste é efetuado utilizando as melhores estimativas dos fluxos de caixa futuros, sinistros e despesas administrativas. A taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa em valores nominais, foi a estrutura a termo de taxa de juros livre de risco pré-fixada, também chamada de curva de taxa "pré-fixada". A Seguradora utilizou a metodologia de Svensson e da ETTI pré-fixada. Para obter a melhor estimativa de sinistros a ocorrer, optou-se por utilizar um percentual de sinistralidade obtido através do "Arrendamentos". A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. A norma entrou em vigor a partir de 01 janeiro de 2021, e não teremos impacto com esta alteração. CPC 50 "Contratos de Seguro": emitido em maio de 2017 pelo IASB para substituir o IFRS 4 publicado em 2014. O CPC 50 prevê que os passivos da Seguradora sejam mensurados ao valor justo

Zurich Brasil Companhia de Seguros

www.zurich.com.br

Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 96.348.677/0001-94



ZURICH

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Algumas políticas requerem julgamentos mais subjetivos e/ou complexos por parte da Administração, frequentemente, como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a empresa adotou variáveis e premissas com base na sua experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação; as receitas de prêmios e correspondentes despesas de comercialização relativos aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices e as provisões para as contingências inclusive as que envolvem valores em discussão judicial. Destacamos, especialmente, a utilização de estimativas na avaliação de passivos de seguros, as estimativas utilizadas para o cálculo de recuperabilidade (**impairment**) de ativos financeiros e não financeiros e as estimativas para perdas em contingências e processos administrativos e judiciais, descritas a seguir. Alterações em tais premissas ou diferenças destas em face da realidade poderão causar impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados. (a) **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros da Seguradora referem-se à área onde a Seguradora aplica estimativas contábeis mais críticas na preparação das demonstrações financeiras. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e atuários da Seguradora para a definição de premissas atuais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de vida. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 2. (b) **Estimativas utilizadas para cálculo de recuperabilidade (impairment) de ativos financeiros e não financeiros:** A Seguradora aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber de segurados. Os critérios para reconhecimento do cálculo de recuperabilidade estão descritos na nota 2.4 (c) (ii). A Seguradora segue as orientações do CPC 38 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está **impaired**. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, a Seguradora avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo para um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento e fluxo de caixa operacional e financeiro. A Seguradora não reconhece redução ao valor recuperável (**impairment**) dos ativos financeiros disponível para venda para o presente período. Para os ativos não financeiros que são mantidos para a venda em períodos futuros, a Seguradora aplica avaliação e cálculo de julgamento para determinar possível perda. O cálculo de recuperabilidade de ativos não financeiros está demonstrada na nota 2.6. (c) **Provisões para contingências:** São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e potenciais riscos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. Neste contexto, os processos contingentes civis avaliados como perda possível não são reconhecidos contabilmente.

4. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, utilizando-o com o objetivo de adicionar valor ao negócio e medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e da Seguradora. A Seguradora considera ainda que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão, as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente, buscando as melhores práticas utilizadas internacionalmente, devidamente adaptadas à nossa realidade. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. No sentido amplo, o processo de governança corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia e proteger os **stakeholders**, a exemplo de acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores, etc., bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor à empresa e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência, equidade de tratamento dos acionistas e prestação de contas. Nesse contexto, o processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo processo de governança corporativa que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na Seguradora, tendo por objetivo assegurar a alta Administração na aprovação de políticas institucionais, diretrizes operacionais e estabelecimento de limite de exposição a riscos no âmbito do consolidado econômico financeiro. (a) **Risco de seguro:** O gerenciamento de risco de seguro é um aspecto crítico no negócio. Para uma proporção significativa dos contratos de seguro de ramos elementares, vida e previdência, o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. A teoria de probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento das operações de seguros. O principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado. (b) **Estratégia de subscrição:** A estratégia de subscrição visa seleção de operações de seguro para assegurar o balanceamento da carteira e baseada-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida anualmente em um planejamento estratégico que estabelece as classes de negócios, regiões territoriais e segmentos de mercado em que a Seguradora irá operar. Com base nas estratégias definidas, são elaboradas políticas de aceitação e os processos de gestão de riscos dos contratos de seguros. A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência histórica e premissas atuais. (c) **Estratégia de resseguro:** Como forma de reduzir o risco, foi definida a política de resseguro, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a ressegurar, lista dos resseguradores e grau de concentração. Os contratos de resseguro firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias. (iii) **Gerenciamento de ativos e passivos:** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos. O casamento de ativos e passivos é monitorado pelo Comitê ALMIC (**Asset Liability Management Investment Committee**), que aprova semestralmente as metas, limites e condições de investimentos, bem como acompanha a maturidade dos ativos e passivos envolvidos, na provisão técnica, a fim de prevenir o descasamento de ambos. A seguir, a análise de maturidade dos passivos de seguros e a disponibilidade para o Comitê. (iv) **Gerenciamento de riscos por segmento de negócios:** O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros); e (iii) gerenciamento de ativos e passivos. Além disso, o teste de adequação do passivo é realizado, semestralmente, com o objetivo de averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas. A Seguradora atua com ramos elementares com o principal segmento de gestão de risco de seguro. **Riscos de seguros ramos elementares:** O risco de seguros com ramos elementares inclui a possibilidade razoável de perdas signifi-

cativas devido à incerteza na frequência da ocorrência dos eventos segurados, bem como na gravidade dos créditos resultantes, sinistros imprevistos resultantes de um risco isolado, precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos, políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas, como também provisões técnicas insuficientes ou superavaliadas. O departamento de Gerenciamento de Riscos monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição, tratamento de sinistros, resseguro e provisões técnicas de seguros e resseguros. A implementação dessas políticas e o gerenciamento desses riscos são apoiados pelos departamentos técnicos para cada área de risco. Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para controlá-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. Há monitoramento e reação de forma tempestiva às mudanças nos ambientes econômico e comerciais, assegurando um alto padrão de análise e aceitação de riscos. **Resultados da análise de sensibilidade:** Os resultados da análise de sensibilidade estão apresentados abaixo. Para cada teste é demonstrado o impacto de uma mudança razoável e possível em apenas um único fator.

2020	
Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido	Bruto de Líquido de Resseguro
Premissas	
Aumento de 5% na sinistralidade	5
Aumento de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	265
Redução de 5% nas despesas administrativas	(139)
	254
	(139)

2019	
Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido	Bruto de Líquido de Resseguro
Premissas	
Redução de 5% na sinistralidade	(5)
Redução de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	(273)
Aumento de 5% nas despesas administrativas	139
	(262)
	139

2019	
Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido	Bruto de Líquido de Resseguro
Premissas	
Aumento de 5% na sinistralidade	(500)
Aumento de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	967
Aumento de 5% nas despesas administrativas	(24)
	906
	(24)

2020	
Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido	Bruto de Líquido de Resseguro
Premissas	
Redução de 5% na sinistralidade	500
Redução de 1% na taxa de desconto no cálculo do valor presente	(1.013)
Redução de 5% nas despesas administrativas	24
Os diferentes impactos das suposições econômicas sobre o lucro e o patrimônio líquido decorrem da classificação de determinados ativos como "Disponíveis para venda", para os quais as movimentações nos ganhos ou prejuízos não realizados afetam diretamente o patrimônio líquido. Concentração de riscos: O quadro a seguir demonstra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos inscritos antes do resseguro. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo. A política de resseguros aborda os riscos e coberturas para catástrofes.	

Total de prêmios emitidos por regiões geográficas					
Linhas de negócios	Sul	Norte	Centro-oeste	Total	
Garantia estendida	12.056	-	39	183	12.278
Vida em grupo	14.888	-	-	919	15.807
Riscos diversos	1.337	6.703	-	547	8.587
Prestamista	6.323	24.008	-	2.024	32.428
Acidentes pessoais - coletivo	4.738	120	-	2.834	7.692
Compreensivo	2.895	-	-	-	2.895
Microseguro	1.250	-	-	-	1.250
Eventos aleatórios	11.100	-	1.183	91	12.374
Total em 31/12/2020 (I)	54.587	30.903	6.627	1.194	93.311
Total em 31/12/2019 (I)	74.137	46.529	4.720	2.442	138.367

(i) Os valores acima não contemplam os saldos de RVNE, cosseguro aceito e cedido que somam um montante de R\$ 2.513 em 31/12/2020 (R\$ 6.294 em 31/12/2019). Foram previstos carregamentos variáveis sobre as taxas puras de cada cobertura, sendo que estes são compostos por despesas administrativas, margem de lucro e corretagem com intervalos que variam entre 1% e 99%. (b) **Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. As áreas-chave em que a Seguradora está exposta ao risco de crédito são: ■ Aplicação financeira. ■ Ativos de resseguro. ■ Prêmio de seguros. ■ Ativos de cosseguro. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras. Além disso, é avaliada a concentração de exposições por setor da indústria e região geográfica de prêmio emitido. **Exposições ao risco de crédito:** A Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e a faixa restrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de resseguro, limitando as resseguradoras que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplimento das resseguradoras é avaliado regularmente.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil		
AAA - Standard & Poor's	Saldo contábil	
Disponível para venda		
Aplicações		
Títulos de renda fixa - públicos	82.443	82.443
Total	82.443	82.443

Composição da carteira por classe e por categoria contábil		
BB - Standard & Poor's	AA(bra) Fitch Ratings (*)	Saldo contábil
Disponível para venda		
Aplicações		
Títulos de renda fixa - públicos	83.012	83.012
Quotas de fundos de investimentos	1.013	1.013
Total	83.012	84.025

Rating do gestor do fundo - Banco Santander Brasil S/A
 Todos os contratos de resseguro vigentes em 31/12/2020 foram realizados com as resseguradoras: Local - Swiss Re Brasil, Munich Re do Brasil e Austral. (c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é o risco de a Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua. A Seguradora tem políticas de liquidez em todo o grupo de gestão e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez local, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atingem seus vencimentos. (f) **Gerenciamento de risco de liquidez:** O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pelo departamento financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O comprometimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. (ii) **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez, por exemplo, no caso de um desastre natural. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente, no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil							
Ativos não vencidos	Ativos vencidos					Redução ao valor recuperável	Saldo contábil
	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 365 dias		
Aplicações financeiras							
Títulos de renda fixa - públicos	82.443	-	-	-	-	-	82.443
Total	82.443	-	-	-	-	-	82.443

Composição da carteira por classe e por categoria contábil							
Ativos não vencidos e não "impaired"	Ativos vencidos e não "impaired"					Redução ao valor recuperável	Saldo contábil
	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 365 dias		
Aplicações financeiras							
Títulos de renda fixa - públicos	83.012	-	-	-	-	-	83.012
Quotas de fundos de investimentos	1.013	-	-	-	-	-	1.013
Total	83.012	-	-	-	-	-	84.025

Composição da carteira por classe e por categoria contábil					
Ativos não vencidos e não "impaired"	Ativos vencidos e não "impaired"				
	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 365 dias
Aplicações financeiras					
Títulos de renda fixa - públicos	82.443	-	-	-	-
Total	82.443	-	-	-	-

Composição da carteira por classe e por categoria contábil					
Ativos não vencidos e não "impaired"	Ativos vencidos e não "impaired"				
	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 365 dias
Aplicações financeiras					
Títulos de renda fixa - públicos	83.012	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos	1.013	-	-	-	-
Total	83.012	-	-	-	-

Composição da carteira por classe e por categoria contábil					
Ativos não vencidos e não "impaired"	Ativos vencidos e não "impaired"				
	0 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 120 dias	121 a 180 dias	Acima de 365 dias
Aplicações financeiras					
Títulos de renda fixa - públicos	83.012	-	-	-	-
Quotas de fundos de investimentos	1.013	-	-	-	-
Total	83.012	-	-	-	-

2020

Até 1 ano	2 até 3 anos	4 até 6 anos	6 Mais de 6 anos	Saldo contábil
29.990	6.746	7	-	36.742
5.031	2.853	1.238	43	9.165
2.862	1.924	386	15	5.187
1.093	639	283	10	2.026
38.976	12.162	1.914	69	53.120

2019

Até 1 ano	2 até 3 anos	4 até 6 anos	6 Mais de 6 anos	Saldo contábil
45.322	9.979	10	-	55.311
12.191	5.148	3.267	291	20.897
4.815	2.016	1.744	554	9.129
1.278	513	425	136	2.352
63.606	17.656	5.446	981	87.689

(d) **Risco de Mercado:** (i) **Gerenciamento de risco de mercado:** O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados. (ii) **Controle do risco de mercado:** O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos consistentes com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais, e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Seguradora. O controle do risco de mercado é acompanhado pela área financeira, cujas principais atribuições são: ■ definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização; ■ analisar o cenário político-econômico nacional e internacional (envolvendo oscilação cambial); ■ avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais, privados, nacionais e internacionais; ■ avaliar e definir os limites de VaR (**Value at Risk**) e das carteiras; ■ analisar a política de liquidez; ■ estabelecer limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas; ■ realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados. Dentre as principais atividades da área de Gestão de Risco de Mercado, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR. (iii) **Análise do risco de mercado:** A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservador, sendo que os limites de VaR são definidos pelo Comitê ALMIC (**Asset Liability Management Investment Committee**), onde o cumprimento destes é acompanhado diariamente por área independente do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 250 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos. A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de **backtesting**. O **backtesting** compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições **intraday**, taxas de corretagem e comissões). O principal objetivo do **backtesting** é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem. A Seguradora considera o modelo de simulação histórica para o cálculo do **Value at Risk** (VaR). Esse modelo considera que é possível medir a perda máxima em um dia para uma carteira de ativos, dado um intervalo de confiança.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos	2020	2019
	19.393	5.410

6. Aplicações - circulante e não circulante

(a) **Composição:** Em consonância com a legislação vigente, a totalidade da carteira própria de títulos e valores mobiliários foi classificada como "títulos disponíveis para venda", segundo a intenção de negociação pela Administração da Seguradora. O custo atualizado (acrescidos dos rendimentos auferidos), o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e os respectivos vencimentos são os seguintes:

2020				
Vencimento	Custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas	Valor de Mercado	
Disponíveis para venda				
Tesouro Pré-fixado (LTN)	até 1 ano	8.889	265	9.154
Tesouro Pré-fixado (LTN)	entre 3 e 4 anos	46.291	1.163	47.454
Tesouro SELIC (LFT)	entre 1 e 2 anos	32	-	32
Tesouro SELIC (LFT)	entre 3 e 4 anos	1.120	(6)	1.114
Tesouro SELIC (LFT)	entre 4 e 5 anos	5.751	(30)	5.721
Tesouro SELIC (LFT)	entre 5 e 6 anos	19.202	(234)	18.968
Total	81.285	1.158	82.443	

2019				
Vencimento	Custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas	Valor de Mercado	
Disponíveis para venda				
Tesouro Pré-fixado (LTN)	até 1 ano	48.818	43	48.861
Tesouro Pré-fixado (LTN)	entre 1 e 2 anos	8.201	410	8.611
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-F)	entre 1 e 2 anos	18.909	941	19.850
Tesouro SELIC (LFT)	entre 2 e 3 anos	972	-	972
Tesouro SELIC (LFT)	entre 3 e 4 anos	1.089	(1)	1.088
Tesouro SELIC (LFT)	entre 5 e 6 anos	3.630	-	3.630
Quotas de fundos de investimentos	sem vencimento	1.013	-	1.013
Total	82.632	1.393	84.025	

A Seguradora não possui operações com derivativos nos exercícios apresentados. As Letras do tesouro nacional (LTN), Letras financeiras do tesouro (LFT), Notas do tesouro nacional (NTN) e quotas de fundos de investimentos estão classificadas como "disponíveis para venda". As taxas de juros das aplicações contratadas estão demonstradas abaixo:

2020				
Título				

Zurich Brasil Companhia de Seguros

www.zurich.com.br



Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 96.348.677/0001-94

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 (Em milhares de reais)

	2019				2020					
	Saldo Inicial	Consti-tuições	Rever-sões	Paga-mento	Saldo Final	Saldo Inicial	Consti-tuições	Rever-sões	Paga-mento	Saldo Final
Prêmio de resseguro diferido	4.053	63	(3.526)	—	589	4.053	63	(3.526)	—	589
Sinistros pendentes de pagamento	2.227	12.172	(9.502)	(4.218)	680	2.227	12.172	(9.502)	(4.218)	680
IBNR resseguros	366	6.575	(6.526)	—	415	366	6.575	(6.526)	—	415
Provisão despesas relacionadas – PDR	143	866	(57)	(627)	326	143	866	(57)	(627)	326
Total	6.789	19.676	(19.611)	(4.845)	2.010	6.789	19.676	(19.611)	(4.845)	2.010

(ii) Operações de resseguros

	2020		2019	
	Saldo	Reversões	Saldo	Reversões
Sinistro e comissão de resseguro à recuperar	3.726	6.295	3.726	6.295
Redução valor recuperável de sinistro	(2.496)	(1.859)	(2.496)	(1.859)
Total	1.230	4.436	1.230	4.436

(iii) Discriminação de resseguradores: • Discriminação dos resseguradores por categoria de risco

Resseguradores	Classe	Rating
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	Local	Sem rating
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local	Sem rating
Austral Resseguradora S.A.	Local	B++

• 8. Bens a venda – salvados

A composição dos salvados à venda está assim demonstrada:

Ramos	0 a 30 dias	acima de 121 dias	Saldo contábil	2020	2019
Automóvel	8	965	973	1.136	1.136
Outros	—	151	151	151	151
Total	8	1.116	1.124	1.287	1.287

A tabela abaixo demonstra a movimentação de salvados no exercício.

Ramos	2019	2020
Automóvel	1.136	(214)
Outros	151	(1)
Total	1.287	(215)

9. Créditos tributários e previdenciários

A tabela abaixo demonstra a composição dos créditos tributários e previdenciários.

Impostos a compensar	2020	2019
Total dos créditos tributários e previdenciários	7.724	1.165
Total	7.724	1.165

10. Obrigações a pagar

Referem-se a valores a pagar no montante de R\$ 6.392 (R\$ 3.063 em 2019), compostos por fornecedores R\$ 3.942 e juros sobre capital próprio a pagar no montante de R\$ 2.450 (R\$ 0 em 31/12/2019).

11. Impostos e encargos sociais a recolher

Referem-se a IOF – imposto sobre operações financeiras R\$ 1.284 (R\$ 2.295 em 2019), INSS a pagar R\$ 1 (R\$ 1 em 2019), imposto de renda retido na fonte R\$ 243 (R\$ 39 em 2019), CSSL serviços de terceiros e imposto sobre serviço ISS R\$ (11) (R\$ 49 em 2019).

12. Impostos e contribuições

Referem-se a provisão de imposto de renda no montante de R\$ 4.053, provisão de contribuição social no montante de R\$ 2.446, provisão de Cofins no montante de R\$ 339 (R\$ 378 em 2019), provisão de PIS no montante de R\$ 55 (R\$ 61 em 2019), provisão imposto de renda – ganhos não realizados com Títulos e Valores Mobiliários (TVM) de R\$ 289 (R\$ 348 em 2019) e provisão contribuição social – ganhos não realizados com Títulos e Valores Mobiliários (TVM) de R\$ 174 (R\$ 209 em 2019).

13. Operações com resseguradores

Referem-se à provisão de prêmios de resseguro a pagar às resseguradoras Swiss RE, Munich RE e Austral Resseguradora no montante de R\$ 5.019 (R\$ 593 em 2019). A diminuição do saldo em 2019 ocorreu devido a descontinuidade dos ramos de transportes e máquinas e equipamentos.

14. Corretores de seguros e resseguros

Referem-se a provisão para pagamento de comissões e pró-labore à corretores e estipulantes de seguro R\$ 1.174 (R\$ 959 em 2019).

21. Intangível

A tabela abaixo demonstra a movimentação do ativo intangível.

	Vida útil (anos)	Valor residual em 2019	Amortização no exercício	Saldo em 2020	Custo de aquisição em 2020	Amortização acumulada em 2020	Valor residual em 2020
Desenvolvimento de sistemas informatizados	5	160	(80)	80	9.181	(9.101)	80
Direito na exploração de canal de distribuição (i)	5	533	(533)	—	14.203	(14.203)	—
		693	(613)	80	23.384	(23.304)	80
	Vida útil (anos)	Valor residual em 2018	Amortização no exercício	Saldo em 2019	Custo de aquisição em 2019	Amortização acumulada em 2019	Valor residual em 2019
Desenvolvimento de sistemas informatizados	5	2.603	(2.443)	160	9.181	(9.021)	160
Direito na exploração de canal de distribuição (i)	5	1.608	(1.075)	533	14.203	(13.670)	533
		4.211	(3.518)	693	23.384	(22.691)	693

(i) Investimentos efetuados em canais de distribuição para exploração de canal de venda.

22. Imobilizado

A tabela abaixo demonstra a movimentação do ativo imobilizado.

	Vida útil (anos)	Valor residual em 2019	Depreciação no exercício	Saldo em 2020	Custo de aquisição em 2020	Depreciação acumulada em 2020	Valor residual em 2020
Hardware	5	432	(109)	323	2.211	(1.888)	323
Telecomunicações	5	39	(35)	4	492	(489)	3
Móveis, máquinas e utensílios	10	57	(20)	37	1.296	(1.258)	38
		528	(164)	364	5.696	(5.331)	364
	Vida útil (anos)	Valor residual em 2018	Depreciação no exercício	Saldo em 2019	Custo de aquisição em 2019	Depreciação acumulada em 2019	Valor residual em 2019
Hardware	5	304	(135)	160	9.181	(1.779)	432
Telecomunicações	5	82	(43)	39	492	(453)	38
Móveis, máquinas e utensílios	10	857	(304)	553	1.297	(1.240)	57
		1.202	(674)	528	5.696	(5.168)	528

Em função da aquisição e transferência para Zurich Minas Brasil, houve a baixa integral das benfeitorias.

23. Provisões técnicas – seguros

(a) Saldos: A seguir, são apresentados os saldos das provisões técnicas dos principais ramos de atuação:

Ramos	2020	2019
Provisão de Prêmios não Ganhos	36.741	9.166
Pessoas Individual	11.008	162
Patrimonial	23.899	2.380
Pessoas Coletivo	889	2.390
Outros	945	4.234
Total	36.741	9.166

Ramos	2019	2020
Provisão de Prêmios não Ganhos	55.311	20.896
Pessoas Individual	11.811	969
Patrimonial	37.156	3.961
Pessoas Coletivo	2.602	8.287
Outros	3.742	7.680
Total	55.311	20.897

(b) Movimentação: A tabela abaixo demonstra a movimentação das provisões técnicas durante o período:

Provisões Técnicas	2019	2020
Provisão de prêmios não ganhos e RVNE	55.311	2.951
Provisão de sinistros à liquidar	20.896	90.203
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR	9.130	101.873
Provisão de despesas relacionadas	2.352	12.000
Total	87.689	207.027

(c) Ativos garantidores das provisões técnicas

Foram vinculados para garantia das provisões técnicas os seguintes títulos e valores mobiliários:

	2020	2019
Saldo em 2018	117.623	246.241
Reversões e baixas	(227.491)	(192.909)
Encargos financeiros	638	(37.391)
Pagamentos efetuados	638	(48.687)
Total	117.623	246.241

(+) Total das provisões técnicas: 53.120

(-) Carregamento de comercialização – extensão de garantia: (20.464)

(-) Recuperação de sinistros – provisão de sinistros a liquidar: (386)

(-) Recuperação de sinistros – IBNR: (471)

(-) Provisão de despesas relacionadas: (281)

(-) Depósitos judiciais vinculados a sinistros: (9)

(-) Direitos Creditórios: (3.230)

(-) Direitos Creditórios RVNE: (3.695)

Provisões técnicas para garantia: 24.584

Ativos vinculados: 82.443

Quotas de fundos de investimentos: 1.013

Total dos ativos vinculados: 82.443

Suficiência: 57.859

24. Desenvolvimento de sinistros

o quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Evolução da Provisão de sinistros – bruto de resseguro

Administrativo	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estimativa de provisão – bruto de Resseguro	120.735	59.322	87.976	89.009	28.518	9.455
No Final do Período	168.154	73.958	126.157	113.828	33.819	—
Um ano depois	171.580	76.081	131.820	116.107	—	—
Três anos depois	172.826	76.983	133.098	—	—	—
Quatro anos depois	173.090	77.362	—	—	—	—
Cinco anos depois	173.245	—	—	—	—	—
Movimentação	155	379	1.278	2.279	5.301	9.455
Estimativa Acumulada	173.245	77.362	133.098	116.107	33.819	9.455
Pagamentos Acumulados	(173.245)	(77.304)	(132.760)	(115.422)	(33.455)	(8.524)
PSL	—	58	338	685	364	91
Total	117.623	246.241	(227.491)	638	(49.321)	87.689

Evolução da Provisão de sinistros – líquido de resseguro

Administrativo	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Estimativa de provisão – líquido de Resseguro	116.060	51.511	83.467	84.848	21.946	9.455
No Final do Período	157.824	65.651	120.431	106.450	26.542	—
Um ano depois	160.975	67.774	126.080	108.692	—	—
Três anos depois	162.072	68.675	127.367	—	—	—
Quatro anos depois	162.335	69.056	—	—	—	—
Cinco anos depois	162.484	—	—	—	—	—
Movimentação	149	69.056	1.287	2.242	4.596	9.455
Estimativa Acumulada	162.484	69.056	127.367	108.692	26.542	9.455
Pagamentos Acumulados	(162.484)	(68.996)	(127.020)	(108.020)	(26.392)	(8.511)
PSL	—	59	347	672	150	943
Total	117.623	246.241	(227.491)	638	(49.321)	87.689

25. Auração do imposto de renda e contribuição social

(a) Encargos sobre o resultado:

	2020	2019	2020	2019
Resultado antes dos Impostos e Participações	22.985	(14.732)	22.985	(14.732)
Participação sobre o Resultado	—	(255)	(2.882)	(2.555)
Resultado antes dos Impostos	22.985	(14.987)	22.985	(14.987)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas aplicáveis	(5.746)	3.747	(3.448)	2.248
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(13)	149	(7)	149
Outros	(24)	—	—	—
Créditos tributários não constituídos (i)	(1.682)	(3.896)	(1.009)	(2.397)
Imposto de Renda e Contribuição Social	4.053	—	2.446	—

(i) A Seguradora não reconheceu os créditos tributários sobre ajustes temporais em consonância com a Circular SUSEP nº 561/17. Em dezembro de 2020, a Seguradora possuiu R\$ 62.139 de créditos tributários não reconhecidos, sendo R\$ 57.833 referente à prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e R\$ 4.306 referente à diferenças temporárias.

26. Sinistros judiciais

A tabela a seguir detalha o saldo de sinistros judiciais pendentes de pagamento, com segregação por faixa de idade.

Provisão para sinistros à liquidar judicial – por período de vencimento

Período	Quantidade	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Até 1 ano	57	283	283
1 a 3 anos	144	1.245	1.238
3 a 7 anos	131	1.147	864
mais de 7 anos	18	1.454	1.777
Total	350	4.459	4.162

27. Patrimônio líquido

(a) Capital social: O capital social, subscrito e integralizado no valor de R\$ 207.028 (R\$ 207.028 em 2019), é representado por 909.710.772 (909.710.772 em 2019) ações ordinárias. (b) Aumento de capital em aprovação: Em 05/09/2018 e 27/12/2018, foram realizadas AGE's para deliberar o aumento de capital no montante de R\$ 7.500 e R\$ 12.000 respectivamente. As deliberações aprovadas nessas Assembleias foram também aprovadas pela SUSEP através das Portarias SUSEP nº 1215 de 17/01/2019 e 27 de 02/05/2019. Em 28/03/2019 foi deliberado em AGE, o aumento de capital no montante de R\$ 15.000 que foi aprovado através da Portaria SUSEP nº 239 de 26/07/2019; (c) Juros sobre o capital: Em 2020 foram provisionados juros sobre o capital no montante de R\$ 2.450. (d) Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido: A resolução CNSP nº 343/2016 estabelece os critérios de exigência de capital a serem observados para operação de seguros. O critério estabelecido define que o PLA da Seguradora deverá ser maior ou igual ao capital mínimo requerido (CMR) no fechamento mensal de seus balancetes. O CMR é composto pelo capital base e capital de risco e seu valor será o maior entre os dois valores.

	2020	2019
Patrimônio líquido ajustado (ajustes contábeis)	63.703	48.381
Patrimônio líquido	76.327	59.984
(-) Despesas antecipadas	(6)	(59)
(-) Outros intangíveis	(80)	(693)
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionadas a PPNG	(12.539)	(11.117)
(+) 50% dos intangíveis referentes a contratos de ponto de venda	—	266
Ajustes associados à variação dos valores econômicos (b) + (11)	516	164
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP	—	—
Capital risco de mercado sem vig no reg dos fluxos (RM_F) (+)	2.544	597
Capital mínimo requerido considerando o RM_F (CMR_F) (+)	15.516	20.170
Capital mínimo requerido (CMR) (+)	15.516	20.170
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont registradas	—	—

28. Principais ramos de atuação

Ramos	2020	2019
Pessoas Individual	22.773	36.742
Patrimonial	35.802	24.700
Pessoas Coletivo	47.095	9.903
Outros	3.696	5.378
Total	109.366	64.219

Prêmios Ganhos: 82.443

Taxa de sinistralidade: 8,00%

Taxa de comissionamento: 75,35%

29. Contingências

As contingências são demonstradas abaixo:

Ramos	2020	2019
Pessoas Individual	27.749	22.40%
Patrimonial	46.339	1,88%
Pessoas Coletivo	67.871	36,16%
Outros	9.035	29,92%
Total	150.994	127,41%

(a) Fiscais

	Saldos em 2019	Atualização monetária	Saldos em 2020
IRPJ – 1998 – dedução da CSLL da base	44	—	44
PIS – 1994 e 1995 – base de cálculo	275	2	277
PIS – 1996 a 1999 – base de cálculo	871	7	878
Total	1.190	9	1.199

(b) Trabalhistas: A contingência foi realizada quanto aos processos trabalhistas atualmente em trâmite e apenas 1 deles se encontra em fase de execução com cálculos já realizados pela Vara do Trabalho e houve o respectivo depósito da quantia em conta judicial à disposição dos reclamantes. (c) Cíveis: Os processos de natureza cível versam principalmente quanto à inconformidade com questões securitárias, resultando em perdas e danos, bem como danos morais. A Seguradora possui as seguintes quantidades de ações judiciais, segregadas segundo a sua natureza, probabilidade de perda, valores estimados e provisionados:

	2020	2019
Quantidade	140	3.218
Valor em risco	6	3.218
Valor contábil	4	2.349

Zurich Brasil Companhia de Seguros

www.zurich.com.br



Companhia Fechada | CNPJ/MF nº 96.348.677/0001-94

COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução: O Comitê de Auditoria (o "Comitê") da Zurich Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora") é constituído nos termos da Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, tendo o seu regulamento revisado e aprovado pelo Conselho de Administração da Seguradora. Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na supervisão (i) da qualidade e integridade das demonstrações financeiras, (ii) do cumprimento pela Seguradora das exigências legais e regulamentares, (iii) das habilitações e independência dos Auditores Externos, (iv) do desempenho da função da auditoria interna da Seguradora e dos auditores externos, e (v) das atividades de gerenciamento de riscos e de controles internos. É responsabilidade da Administração a elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as leis e regulamentos vigentes no Brasil, a definição e manutenção de controles internos adequados para garantir a qualidade e integridade das informações financeiras, bem como, as de controles e gerenciamento de riscos. As avaliações do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos e de riscos, além de suas próprias análises.

1. Atividades do Comitê: No decorrer do exercício de 2020, o Comitê desenvolveu as seguintes atividades, cujos temas e discussões abordados, foram: a. Discussão dos procedimentos operacionais e do status

do plano de trabalho do Comitê; b. Auditoria Interna – discussão do plano de trabalho para o exercício de 2020 e dos relatórios emitidos; c. Auditoria Externa – discussão do plano de trabalho e dos aspectos relacionados aos procedimentos de independência e qualificação dos Auditores Externos, bem como, dos relatórios emitidos e dos resultados alcançados decorrentes da auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2020; d. Controladoria – discussão dos processos de contabilização, avaliação das estimativas contábeis, consistência dos saldos contábeis e dos relatórios gerenciais; e. Revisão das demonstrações financeiras do exercício de 2020.

2. Auditoria Interna: O Comitê apreciou o plano de trabalho desenvolvido pela auditoria interna para o exercício de 2020 e os relatórios gerados. O Comitê considera que os trabalhos propostos e realizados pela auditoria interna para o exercício de 2020, mostram-se suficientes.

3. Auditoria Externa: O Comitê avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos auditores externos da Seguradora, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, foram adequados para suportar a sua opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2020.

4. Controladoria: Os processos de contabilização das principais operações são altamente automatizados, havendo pouca intervenção manual. Os saldos contábeis são conciliados com os registros auxiliares e não

foram apuradas diferenças significativas, o que permite assegurar a sua consistência. As estimativas contábeis são feitas de acordo com critérios usualmente aceitos.

5. Demonstrações Financeiras: O Comitê revisou as demonstrações financeiras da Seguradora relativa ao exercício de 2020, bem como os respectivos relatórios da Administração.

6. Conclusão: Com base nas atividades desenvolvidas, conforme acima exposto, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração da Zurich Brasil Companhia de Seguros a aprovação das demonstrações financeiras, relativas ao exercício de 2020.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

Membros
Helio Fernando Leite Solino
Luiz Roberto Cafarella
Fernando Faria

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. São Paulo-SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados

estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Zurich Brasil Companhia de Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e

pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

Ernst & Young Serviços Atuariais 55, CIBA 57

CNPJ 03.801.998/0001-11

Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1909-SP

Corporate Tower Torre Norte andar 6 conjunto 61, Vila Nova Conceição, CEP: 04543-907, São Paulo-SP

Ricardo Pacheco
Atuário – MIBA 2.679

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Zurich Brasil Companhia de Seguros

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Zurich Brasil Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Zurich Brasil Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração,

somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 25P000160/O-5

Maria José De Mula Cury

Contadora CRC 15P192785/O-4



Na hora de divulgar dados que dão credibilidade à sua empresa, conte com o maior jornal do país.

A **Folha** tem um pacote completo de soluções para dar mais relevância e visibilidade aos seus resultados. Além disso, empresas que possuem fidelidade para publicações legais na **Folha** poderão divulgar seus fatos relevantes no ambiente digital sem custo adicional. Tudo isso com a credibilidade que só o maior jornal do país poderia ter. Na hora de anunciar, anuncie na **Folha**.



▶ Mais de 3,5 milhões de leitores do jornal impresso em todo o país.¹



▶ O jornal de maior circulação no Brasil com 343.522 exemplares.²



▶ Site com mais de 220 milhões de páginas vistas por mês.³



▶ A maior credibilidade e influência no meio empresarial.



▶ Conteúdo multiplataforma.



PARA ANUNCIAR, ACESSE
WWW.PUBLICIDADE.FOLHA.COM.BR



FOLHA100



(1) Target Group Index – BR TGI 2020 (2019 2s)

(2) IVC Dezembro/2020 - Folha de S. Paulo - total de circulação impressa + digital.

(3) Google Analytics - Janeiro/2021